

# **CURSO: HISTORIA DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL: debate de interpretações controversas (1855-1970)**

PPGAS-UFAM – Segundo Semestre de 2017

Prof. Alfredo Wagner Berno de Almeida

60 Horas

## **Nota prévia:**

Esta proposta de curso entregue aos participantes com pelo menos dois meses de antecedência será discutida na sessão inicial para que se fixem os critérios orientadores dos cortes definidos. Neste período que antecede à sessão inicial deverão ser lidas as primeiras referências de cada uma das sessões, sendo a primeira delas obrigatória.

Neste curso o conjunto de sessões não pretende compor uma exposição enciclopédica. Certamente ocorre certa seleção de eventos e de argumentos, balizando os títulos indicados. Os critérios que orientam esta clivagem estão dispostos à discussão na descrição das atividades de cada sessão. Na leitura do que se denomina de “história da antropologia” não se busca dar respostas a problemas intrínsecos a este domínio de conhecimento. O que é mais elementar, a ser levado em conta, não são tanto as respostas, mas sim as perguntas e a própria forma de indagar. Não se trata, pois, de oferecer um esboço de tendências gerais num fundo histórico condensado e esquemático.

Não serão admitidos no curso os pretendentes que não tiverem lido a proposta de curso e nem se encontram habilitados a fazer o exercício inicial sobre a mesma.

## **I PARTE - HISTÓRIA DA CIENCIA COMO OBJETO DE REFLEXÃO**

**1ª SESSÃO** - A história da antropologia não consiste somente numa “memória”, ancorada num tempo passado. Ela é, sobretudo, uma prática científica, com determinadas características que a distinguem no domínio conhecido como “história da ciência”.

### **i)A História da Ciência como um laboratório de epistemologia?**

A história da ciência pode ser considerada, consoante Canguilhem, como uma “biblioteca ideal” ou como um “laboratório de epistemologia” ou de análise dos processos reais de formação territorial e de composição étnica, refletindo sobre os

sistemas de pensamento e seus efeitos sobre os diferentes esquemas interpretativos, que prevalecem na vida intelectual.

“L’histoire d’une science est ainsi le résumé de la lecture d’une bibliothèque spécialisée, dépôt et conservatoire du savoir produit et exposé, depuis la tablette et le papyrus jusqu’à la bande magnétique, en passant par le parchemin et l’incunable. Bien qu’il s’agisse là, en fait, d’une bibliothèque idéale, elle est idéalement, en droit, l’intégralité d’une somme de traces. La totalité du passé y est représentée comme une sorte de plan continu donné sur lequel déplacer, selon l’intérêt du moment, le point de départ du progrès dont le terme est précisément l’objet actuel de cet intérêt. Ce qui distingue les histoires des sciences les uns des autres c’est la témérité ou la prudence dans leurs déplacements sur ce plan.” (Canguilhem, 2000:14).

## ii) O Objeto da História das Ciências.

Leia-se: Canguilhem, Georges - **Estudos de História e de Filosofia das Ciências**. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2012

A relação entre “história da ciência” e “história da antropologia”. A segunda seria um capítulo da primeira? Afinal de qual “antropologia” se está falando? Como discutir as divisões produzidas historicamente pelos classificadores convencionais: a) física, biológica, social e aplicada e b) os “quatro campos” (arqueologia, linguística...).

iii) A partir de quando se começa a falar numa “história da antropologia”? **Quando é que um domínio de conhecimento torna-se passível de ser refletido enquanto história?** Discutir se a menção à data é imprescindível para tanto.

A história da antropologia como gênero textual, como discurso e como prática de pesquisa. Autobiografias, biografias, memoriais, obituários e homenagens pelos anos de profissão com retrospectivas do trabalho antropológico. Destacar cada um destes gêneros textuais.

O objeto da história das ciências e a história das ciências ela mesma como objeto de reflexão. Os componentes deste objeto delineados a partir da trajetória científica de agentes sociais, de instituições de legitimação (associações, institutos, sociedades, museus, universidades...), de periódicos de “popularização científica” (desde 1876, com **The Anthropological Review** e **Popular Magazine of Anthropology**, periódicos produzidos pela Sociedade Antropológica de Londres, até 2017 com o setor de “popularização da ciência” do MCTI - Brasil, apoiando projetos de pesquisa no domínio da antropologia) e de acontecimentos. Discutir as expressões e seu uso social: “vulgarização científica”, “popularização da ciência”, “divulgação científica” e quejandos.

Os diferentes rituais de instituição e seus efeitos. O papel das instâncias de consagração e suas implicações para a constituição de um campo de produção científica.

Discutir as classificações: “história da filosofia ocidental”, “história do pensamento ocidental” (B. Russel), “pensamento social brasileiro”. Variantes: “as ciências no Brasil” (F. Azevedo), “cientistas do Brasil”, “história da inteligência” e “retratos intelectuais” (Florestan Fernandes). O critério de “listas”. A polêmica ideal de A. Gramsci com K. Manheinn.

Todas as classificações são questionáveis. Remeter aos textos: “O idioma de John Wilkins”, in **Inquisiciones**, e **Livro dos Seres Imaginários**, ambos de J. L. Borges, e sua utilização por Foucault, Bourdieu, Rancière, Baudrillard e Umberto Eco (cf. **A vertigem das listas**. São Paulo. Record. 2010), dentre outros autores de diferentes domínios de conhecimento.

Obs. Este títulos estão disponíveis à consulta na biblioteca do PNCSA-AW.

iv) **História da antropologia como um gênero específico de produção científica** em diferentes países e em distintos momentos históricos. Sol Tax, em 1963, afirmava que há pouco tempo havia se firmado o interesse pelo estudo da história da antropologia e indicava os ensaios da Conferência sobre História da Antropologia organizada pelo *Social Science Research Council* (vol.16. nº3,1962).

(Vide comentários de Hymes, Dell H. ; Rowland L. Mitchell, Jr.; Galenson, Walter;- “On Studying the history of anthropology”. **Social Science Research Council**. Vol. 16. N.3 1962 pp.25-36).

Obs. Leia-se também: “The History of Current Anthropology”. **Chicago Journals**. The Wenner-Gren Foundation. Sep.1959

#### v) **História da Antropologia como prática de instituições científicas**

-A “história da antropologia” como gênero textual sucede cronologicamente aos “manuais de antropologia” ou “manuais de etnografia” como prática de instituições científicas. Enquanto os primeiros “manuais” são assinalados em 1871, com Tylor, desdobrando-se a partir daí, as “histórias” o serão a partir de 1912, notadamente na Inglaterra, secundadas pela produção norte-americana e francesa.

- A história da ciência pode ser explicada em virtude de concepções pragmáticas? Para B. Russel a resposta seria negativa. (Vide Russel, Bertrand- **História do Pensamento Ocidental**. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 2016 p.506).

Obs. Consultar a reconstituição histórica sobre o reconhecimento do “valor prático” da antropologia desde 1838 na Inglaterra (UK) e nos Estados Unidos (USA) e as condições de emprego formal de antropólogos desde as atividades realizadas na

administração colonial, elaborada por George Foster. Especial atenção ao conceito de “antropólogo do governo”, utilizado amplamente por Foster.

Leia-se: Foster, G. M. – “El desarrollo de la Antropologia Aplicada” in **Antropologia Aplicada**. Mexico. Fondo de Cultura Economica. 1974 (1ª ed.1969-Boston. Little, Brown and Company).

**Las culturas tradicionales y los cambios técnicos**. Mexico. Fondo de Cultura Economica. 1964 (1ª. ed. Harper & Brothers, N. York. 1962)

-Mencionar os principais países em que este gênero textual se colocou como produto do trabalho de antropólogos.

Antes, porém, importa ressaltar que a prática antropológica às vezes tem como referencia o marco do Estado-nação. Há intérpretes que falam em uma “antropologia brasileira” ou em uma “antropologia norte-americana”. A produção antropológica, entretanto, mesmo tendo como referencia uma determinada região, transcende à geografia e às divisões político-administrativas, dado que a teoria não se atém a um determinado país ou a um critério geográfico. Ainda assim, disponho aqui uma ordem de exposição para informar acerca da produção antropológica em cada um dos países metropolitanos, que orientaram historicamente a produção antropológica seja desde o período colonial, tal como sucede com Inglaterra e França, seja desde o início da quadra imperialista, tal como ocorre com os Estados Unidos.

## INGLATERRA

Desde 1912, com Alfred C. Haddon, tem-se uma **History of Anthropology** (com A.H. Quiggin, que foi revisado e reeditado em 1934). Em 1935 foi publicado o livro de Thomas Kenneth Penniman **A Hundred Years of Anthropology** (London, Macmillan), cuja primeira edição norte-americana data de 1936. Penniman foi curador do Museu Pitt Rivers e trabalhou no Departamento de Etnologia e Pré-história e no setor de Antropologia da Universidade de Oxford, de 1939 a 1963.

Obs. Na biblioteca do PNCSA/AW pode ser consultada a edição de 1974 editada por William Morrow & Company, INC. New York. Aparecem na primeira página como contribuidores /colaboradores desta edição Beatrice Blackwood e J. S. Weiner.

Há uma situação de tangencia entre estes gêneros textuais já que em 1936 foram iniciados os trabalhos da Comissão organizada pela Seção H da Associação Britânica para o Progresso da Ciência, encarregada de organizar a sexta edição de **Notes and Queries on Anthropology**. A. C. Haddon e C.G. Seligman integraram esta Comissão. Em 1949 transferiu-se da mencionada Seção H o trabalho de compilação e reedição desta publicação **Notes and Queries on Anthropology** (que em português foi traduzida

como **Guia Prático de Antropologia**) para o Real Instituto de Antropologia da Grã-Bretanha e da Irlanda, que passou a assumir as futuras edições.

## ESTADOS UNIDOS

Em 1937 tem-se **The History of Ethnological Theory**, de Roberto Lowie (interlocutor preferencial de Curt Nimuendaju, na língua alemã, e seu divulgador).

Para outras informações consulte-se: J. Philipson - “Robert H. Lowie e o Brasil” in **Sociologia**. São Paulo. Escola de Sociologia e Política (instituição complementar da USP.) Volume XX n.3 agosto de 1958 pp. 422-425.

Em 1949 Clyde Kluckhohn publica **Mirror for Man/Antropologia um espelho para o homem** e no primeiro capítulo intitulado “Costumes estranhos, cacós e crânios” busca discutir as bases de uma história recente da antropologia com inúmeras informações sobre a fundação de museus (Peabody, Bureau de Etnologia Americana, Real Instituto Antropológico). Não se trata entretanto, de um estudo específico sobre a história da antropologia.

Este gênero só irá ganhar corpo nos Estados Unidos na segunda metade dos anos 50 e nos anos 60. Em 1958 foi publicado o livro de Hoffman Reynolds Hays intitulado **From Ape to Angel: an Informal History of Social Anthropology** (New York, A.Knopf), que teve várias edições em 1965 e 1981. Em 1974 foi traduzido para o italiano **Dalla Scimmia all'Àngelo. Due secoli di Antropologia**. (Torino. Einaudi. 1974).

Em 1981 o livro de Hays, de 1958, foi publicado juntamente com o de Marvin Harris, que também desenvolvia um projeto de história informal da Antropologia, focalizando as escolas de pensamento, os pensamentos de escola e as diferentes abordagens. Esta publicação recebeu o título dos dois livros: **America Now: the anthropology of a changing culture; From Ape to Angel: informal history of social anthropology**. (NewYork. Simon and Schuster)

Em 1960 tem-se o trabalho de Hallowell, A. Irving – **Contributions to Anthropology: Selected Papers**. Há uma reedição de 1976 (Univ. of Chicago). Neste ano de 1976 Hallowell é republicado. O artigo de Hallowell intitulado “The Beginnings of Anthropology in America” pp.1-59 *in* Laguna, Frederica de (ed.) - 1976- **Selected Papers from the American Anthropologist 1888-1920**. (Evanston. Row, Peterson & Co).

O artigo de Hallowell aparece novamente in **American Anthropology, 1888-1920: Papers from the “American Anthropologist”**- Laguna, F. (ed). Lincoln and London. Univ. of Nebraska Press, 2002.

Obs. Encontram-se disponíveis na biblioteca do PNCSA/AW as edições de 1976 e de 2002.

Antes Hallowell havia publicado o seguinte título: **Contributions to Ojibwe Studies: Essays, 1934-1972 (Critical Studies in the History of Anthropology)**. Univ. of Nebraska Press.

Em 1961 tem-se Abram Kardiner & Edward Preble com **They Studied Man: ten major scientists and their contributions to the understanding of man, society, and culture are analysed in this important critique of the social science of anthropology**. (World Pub. Co., com reedições em 1962 e 1963).

Obs. Encontra-se disponível na biblioteca do PNCSA/AW a edição de 1963.

Em 1962/63 Sol Tax reuniu 19 (dezenove) antropólogos e produziu a partir de um programa radiofônico o que seriam capítulos de uma história comentada dos chamados “**estudos do homem**”, tomando como ponto de partida as manifestações e alocações de Paul Broca em Paris, nos anos de 1859 e 1869.

Leia-se: Sol Tax - **Horizons of Anthropology**. Chicago. Aldine Publishing Company. 1964. Há uma reedição em 1966, outra em 1970 e outra mais em 1977. A primeira edição inglesa de 1977 tem prefácio de Max Gluckman.

Na Inglaterra tem-se um novo trabalho classificatório, baseado em autores e publicações. Em 1981 E. E. Evans Pritchard produziu **A History of Anthropological Thought**, privilegiando autores de Montesquieu a Hertz e acrescentando notas e comentários sobre outro conjunto de autores de Muller a White. Segundo ele, em consonância com R. Aron e E. Durkheim, os critérios classificatórios da “fundação” deste campo de pensamento remetem a um autor, Montesquieu, e a um livro “L’Esprit des Lois” (1748).

Obs. Antropologia econômica remete a Maine, sec. XVI.

## FRANÇA

Este gênero classificatório “história da antropologia”, nas décadas seguintes, ganhou mais força na França. Em 2006 tem-se uma ilustração da aplicação dos critérios autoevidentes (escolas de pensamento, autores notáveis e teorias). Um dos mais recentes trabalhos classificatórios deste gênero refere-se ao “pequeno panteão portátil”, de autoria de Alain Badiou, publicado no México, pelo Fondo de Cultura Economica, em 2011.

Leia-se criticamente: Robert Deliège- **Une Histoire de L'Anthropologie (écoles, auteurs, théories)**. Paris, Seuil. 2006.

Haveria ainda gêneros textuais aproximados, que poderiam ser discutidos com fins de aprofundamento, tais como aqueles referentes aos “dicionários de antropólogos”, como o de G. Gaillard (1997):

- Gaillard, Gérald – **Dictionnaire des ethnologues et des anthropologues**. Paris. Armand Colin. 1997

Outro gênero textual aproximado seria aquele concernente às “origens da antropologia”, que menciona “fundadores” e “precursores” ou “pioneiros”, exatamente nos termos da crítica formulada por Canguilhem.

Leia-se: - Copans, Jean & Jamin, Jean- **Aux origines de l'anthropologie Française**. Paris, Jean-Michel Place. 1994

Consulte-se também:

- Copans, Jean- “Da Etnologia à Antropologia” in J. Copans et alli **Antropologia . Ciência das Sociedades Primitivas?** Éditions E.P. , 1971 pp.13- 56

- Mercier, P. – **Histoire de l'anthropologie**. Paris, 1966

-Poirier, J. – **Histoire de l'ethnologie**. Paris, 1969

Nos anos de 1930, 1935 e 1937, recolocando a perspectiva antropológica e reforçando-a historicamente, a editora francesa Payot publicou três livros sobre a “propriedade” entre os povos primitivos, quais sejam:

Descamps, Paul – **État social des peuples sauvages**. Paris. Payot. 1930

Lowie, Robert – **Traité de Sociologie Primitive**. Payot.1935

Thurnwald, Richard – **L'economie primitive**. Paris. Payot. 1937

Obs. Estes livros, sob a mesma chancela editorial e sem comporem uma coleção, foram resenhados em conjunto em **Sociologia-revista didática e científica**, dirigida por Romano Barreto e Emilio Willems, Vol.I n.4. Quarto trimestre. São Paulo, 1939. Pp. 61-71. Título da resenha: “A propriedade entre os povos primitivos (Notas de leitura)”. Autor- L. Xavier Telles.

**Outras possibilidades comparativas: COLOMBIA**

Em 1940 foi realizado no México o **Primer Congreso Indigenista Interamericano** com repercussões profundas em inúmeros países do continente americano. Em 1941 foi instituído na Colômbia o Instituto Etnológico Nacional-IEN, que consiste num marco para a institucionalização da antropologia no País. Considerando estas informações um outro exercício possível seria uma comparação entre histórias da antropologia de países submetidos à dominação colonial ou imperial. Refiro-me notadamente a países sul e centro-americanos e pode-se citar a Colômbia, como exemplo. Nos anos de 2016 e 2017 registra-se um esforço classificatório de publicação de trabalhos alusivos à institucionalização da antropologia no País e ao inventário de monografias, dissertações e teses defendidas em diferentes instituições universitárias. Há uma convergência destas iniciativas para o “XVI Congreso de Antropología en Colombia” realizado concomitantemente com o “V Congreso da Asociación Latinamericana de Antropología”, em junho de 2017.

Dentre estes livros podem ser mencionados:

-Llanos Vargas, Héctor y Alfonso, Óscar R. – **Memória Recuperada. Instituto Etnológico de La Universidad del Cauca (1946-1960)**. Bogotá. Instituto Colombiano de Antropología e História. 2016

-Gamboa, Elizabeth Bernal – **Antropología en Colombia en la década de 1970. Terrenos revolucionários y derrotas pírricas**. Bogotá. Universidad Nacional de Colombia. 2016

-Restrepo, E.; Rojas, A. e Saade, M. (eds)- **Antropología hecha em Colombia**. Tomo I. Popayán. Universidad del Cauca. Sello Editorial. 2017

- Restrepo, E.; Rojas, A. e Saade, M. (eds)- **Antropología hecha em Colombia**. Tomo II. Popayán. Universidad del Cauca. Sello Editorial. 2017

## **DISCUSSÃO DA HISTÓRIA (SOCIAL) DA HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA**

i) Como classificar a denominada “História da Antropologia”? Uma classificação a partir de uma História da “História da Antropologia”, recuperando a dimensão epistemológica?

Um domínio de conhecimento? Um gênero literário? Um tema? Um problema? Uma problemática ou modalidade de percepção de objetos, indivíduos e instituições?

ii) Como relativizar a assertiva de que uma história da antropologia, enquanto história da ciência, deveria ser reduzida a uma ciência num dado momento histórico, por exemplo: a) a etnografia brasileira do período colonial,

b) uma sequência cronológica de fatos (eventos, acontecimentos), relacionando esquemas interpretativos e seus respectivos temas e problemas;

c) a prevalência de conceitos referidos a determinadas questões datadas?

A história pode reduzir a ciência que ela estuda ao campo de investigação que lhe é designado pelos eruditos de uma época determinada ou ao gênero da modalidade de olhar que os classificadores projetam sobre este campo?

Mas esta ciência do passado é ela o passado da ciência de hoje? Para Canguilhem considerar tão somente o conceito de passado de uma ciência seria um conceito vulgar. O passado consiste no lugar desordenado da interrogação retrospectiva.

iii) Este conjunto de gêneros de produção científica resume os elementos integrantes da “história da antropologia” como objeto de reflexão.

Leia-se: Tax, Sol – “El lugar apropiado de la Ciencia del Hombre” *in* Sol Tax (ed.) **Antropologia. Una Nueva Vision.** Cali (Colombia). Editorial Norma. 1964 pp. 14-26. (tradução de **Horizons of Anthropology**).

A recuperação de Paul Broca e de sua proposição de “antropologia geral”, datada de uma alocução de 1869. Atenção para o fato de que este texto é também básico para a interpretação de Castro Faria, que antecede àquela de Sol Tax, que também faz uso dela.

## **II PARTE - HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL: aproximações.**

i) A história da antropologia e a interpretação de **Antropologia duas ciências** elaborada por Castro Faria. Uma aproximação possível com a noção de “antropologia em geral” de Broca?

Haveria trajetórias tangenciais<sup>1</sup> em pauta?

ii) A estruturação de subcampos de conhecimento, com critérios diferenciados. A classificação de “Antropologia da Amazônia” e suas implicações. A história da Antropologia da Amazônia não é composta de uma quantidade indefinida de títulos, porquanto ela forma não somente a memória da ciência, mas também seu laboratório epistemológico, indagando de seu passado criticamente, interrogando as vias e os meios de produção de conhecimentos.

Pode-se falar na especificidade de uma unidade discursiva sobre Antropologia da Amazônia? A expressão consiste numa estratégia discursiva de apresentar temas e problemas da ordem do dia do campo de produção científica.

A relativização do discurso dos “naturalistas-viajantes”, dos clérigos e dos critérios usuais de classificação. A relativização do discurso dos funcionários coloniais administradores e/ou militares. As condições de possibilidade de um discurso específico produzido em associações científicas e em museus.

Leia-se:

-Castro Faria, Luis de – “A Antropologia no Brasil”. Depoimento sem compromissos de um militante em recesso. In: Castro Faria, L. de – **Antropologia. Espetáculo e Excelência**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ – Ed. Tempo Brasileiro, 1993.

-Laraia, Roque de Barros – **Os primórdios da antropologia no Brasil**. São Luis. PPGCSPA-UEMA. Coleção Jornadas Antropológicas. 2017

## **2ª SESSÃO** – Trabalho de campo: prática e produção de conhecimento.

A década de 1870-80 é considerada basilar para o sistema de pensamento que organiza a produção intelectual referida à antropologia como domínio científico. Importa destacar tanto uma pesquisa que focalize a “história da antropologia” ou a disciplina usualmente designada como “Teoria Antropológica”, quanto a chamada “História da antropologia no Brasil”, disciplina menos conhecida e apresentada

---

<sup>1</sup> Esta noção de trajetória tangencial trabalhei-a no Posfácio do livro de Raimundo Lopes, tal como idealizado por Castro Faria e organizado por Heloisa Bertol e Alfredo Wagner, intitulado **Raimundo Lopes: dois estudos resgatados**. Rio de Janeiro. Ouro sobre Azul. 2010. O título do mencionado Posfácio é o seguinte: “Trajetória tangencial: Raimundo Lopes e a Antropologia no Brasil”. pp. 161-171.

usualmente através de abordagens esquemáticas, que se desdobram passo a passo com as “histórias da antropologia” de países europeus construídas a partir de critérios que privilegiam sempre as mesmas escolas de pensamento, os mesmos fundamentos e os mesmíssimos pensamentos de escola. Nosso propósito concerne a uma análise crítica destes procedimentos realizada por dentro de seus próprios marcos, relativizando os conceitos de “obra”, de “escola de pensamento” e de “pensamento de escola”.

Para efeitos de exposição, objetivando uma discussão detida e as condições de possibilidade para elaboração de análises críticas, gostaria de apresentar os seguintes itens:

- i) Em termos de “trabalho de campo” registra-se a passagem do trabalho de F. H. Cushing, de 1878 a 1882, com os Zuni, para aquele de F. Boas, em Baffin, com os esquimós (inuites), iniciada em 1883. Em 1888 e 1889 Expedição Cambridge ao estreito de Torres (entre Austrália e Nova Guiné) organizada por A. Haddon e da qual participaram Seligman e Rivers. Em 1901 Rivers realizou trabalho de campo com os Todda. Seligman realizou *survey* na Nova Guiné (UK), no Sudão e no Ceilão. De outra parte Radcliffe-Bown realizou entre 1906 e 1908 sua pesquisa entre os Andamaneses.
- ii) Em termos temáticos no Brasil tem-se a produção intelectual de Couto de Magalhães (em interlocução com Broca, Tarde e Tylor). A formação militar como conhecedora de realidades localizadas, habilitando-se a compor o repertório dos denominados “intérpretes do Brasil”.

Leitura obrigatória:

Couto de Magalhães – **Ensaio de Anthropologia. Região e Raças Selvagens do Brasil**. Rio de Janeiro. Typ. de Pinheiro. 1874 e

– **O Selvagem**. Rio de Janeiro. Typ. da Reforma. 1876

- iii) Os magistrados e juristas como “intérpretes do Brasil” a partir de uma leitura de filósofos, antropólogos e sociólogos europeus (em interlocução com Tarde, Toppinard, Virchow).

1870 - “Manifesto Republicano”, Teixeira Mendes.

Leia-se: Silvio Romero - “Doutrina e contra-doutrina : o evolucionismo e o positivismo na República do Brasil”. Rio de Janeiro. Ed. J.B. Nunes. 1894

A escravidão como tema: Tobias Barreto, Joaquim Nabuco, Araripe Junior e, notadamente, Rui Barbosa.

Leia-se- Rui Barbosa: – **Parecer 48-A**. Rio de Janeiro, 1884

- **A questão social e política no Brasil**. 20 de março de 1919. In **Pensamento e Ação de Rui Barbosa**. Brasília. Senado Federal. 1999. pp.366-417

- iv) No que concerne à Amazônia tem-se ainda a produção intelectual de Aluisio Azevedo, Inglês de Souza, Celso de Magalhães e José Veríssimo.

Leitura obrigatória:

José Verissimo – “As populações indígenas e mestiças da Amazônia. Sua linguagem, suas crenças e seus costumes.” **Revista Trimensal do IHGB**. Tomo I. 1887 pp.295-390

O deslocamento de categorias: de “raças” para “populações”, de “populações” para “sociedade”. Distinções entre “sociedade” e “comunidade”.

Vide nota epigráfica deste texto de J. Verissimo publicado em 1887 :

“Este trabalho, pequena contribuição para o estudo da psicologia do povo brasileiro, apareceu pela primeira vez sob o título de “As raças cruzadas do Pará”, nas **Primeiras Páginas**, livro publicado pelo autor em 1878. Hoje (**na Revista do IHGB**) sai não só muito aumentado e modificado, mas inteiramente refundido e correto. É por assim dizer um trabalho novo.”

- v) O Museu Nacional com Ladislau Netto e o regulamento de 9 de fevereiro de 1876. A Exposição Antropológica Brasileira realizada no Museu Nacional em 29 de julho de 1882.

Leia-se: Castro Faria, Luis – “**As exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional.**” (Conferência). Rio de Janeiro. MEC/Museu Nacional. Departamento de Imprensa Nacional. 1949

Castro Faria recorre a P. Rivet para expor sobre a categoria “museu” e sua função ordenadora:

“Ninguém melhor que RIVET, o idealizador do Museu do Homem, definiu com mais clareza e simplicidade a função do museu moderno, cuja existência deve estar a serviço da coletividade, e a técnica a ser empregada para atingir seus objetivos: “O seu fim será dar ao visitante idéias claras e precisas, desenrolar para ele os fatos essenciais, sem o fatigar com uma documentação excessiva. As peças antropológicas ou etnográficas serão escolhidas entre as mais típicas e se evitará cuidadosamente a apresentação de séries numerosas, onde a atenção se cansa e se dispersa.””(Faria, 1949:13).

- vi) As Escolas de Medicina (no ensino de anatomia, no Rio de Janeiro e na Bahia) e as Escolas de Direito (de Recife, Pernambuco, e do Largo de São Francisco, São Paulo) sintetizam o agrupamento dos autores mais expressivos.

Leia-se:

Paim, Antonio- **A filosofia da Escola do Recife**. Rio de Janeiro. Editora Saga. 1966

- vii) Destacam-se os periódicos: a) **Vellozia** (1885-1888), criado por Barbosa Rodrigues, no Museu Botânico do Amazonas (instituído pelo governo imperial em 1882), em Manaus (AM). No “volume segundo”, impresso em 1892, há um catálogo da Seção Etnográfica e Arqueológica do Museu Botânico do Amazonas. pp.87-120). Observar que a revista **Vellozia** teve somente quatro números, sendo os dois primeiros sobre “descrições botânicas” e “estudos etnológicos e zoológicos” e os dois restantes com estampas, fotos e desenhos.

Obs. Disponível na Biblioteca Municipal de Manaus.

Consultar: H. von Ihering – “João Barbosa Rodrigues”. **Revista do Museu Paulista**. Volume VIII. São Paulo. Typographia do Diário Oficial. 1911 pp.23-37

Nunes Pereira- **Um naturalista brasileiro na Amazônia**. Manaus. Imprensa Pública. 1942

b) **Revista Amazônia**, fundada por José Verissimo (sobrinho de Antonio Sobrinho de Matos, com quem morou no Rio de Janeiro e que era bacharel em Direito por São Paulo, 1844), em Belém (PA).

**3ª SESSÃO** – Nas décadas seguintes e até 1912 com a expedição de Rondon (cuja primeira expedição data de 1906), que incorpora o antropólogo Roquette Pinto, tem-se uma sucessão de discussões com temas que principiam a organizar um campo de debates em torno do que começou a ser considerado como “antropologia” e não se confundia com os “esforços botânicos”.

- i) E. Roquette-Pinto – **Rondonia (Anthropologia-Ethnographia)**. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional.1917. (Vol. XX dos Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro)
- ii) Gilberto Freyre, em 1922 estuda nos Estados Unidos, frequenta um curso de Boas e elabora seu primeiro trabalho (que em 1933 será publicado sob o título de **Casa Grande e Senzala**).

- iii) Em 1942 Freyre publica **Problemas Brasileiros de Antropologia** (cuja 4ª edição disponível à consulta na Biblioteca PNCSA/AW, data de 1973, pela Livraria José Olympio Editora), em que se pode ler:

“Para os britânicos (...) – o *Memorandum of Native Police* de 1930 abriu nova fase ao estudo da Antropologia, fazendo-o descer dos nichos acadêmicos e incluindo-o entre os cursos práticos de exército e de administração coloniais. O mesmo se impõe ao Brasil, país com uma obra enorme de autocolonização ainda por concluir.” (Freyre, 1973:xxxix)

Certamente que esta dinâmica de distinção da biologia encontra-se conectada com as iniciativas britânicas e norte-americanas de consolidar a instituição de um domínio próprio de produção antropológica.

A menção ao trabalho de campo tem se constituído na marca diferencial, que leva os classificadores a propor uma linha temporal que seria peculiar à antropologia.

Em 1914 Malinowski, orientado por Seligman, estava realizando trabalho de campo na Melanésia onde fica até 1918, publicando a seguir **Argonautas do Pacífico**, em 1922, mesmo ano em que Gilberto Freyre assistia seminário de F. Boas. Registrar que Malinowski ao relatar suas relações de pesquisa assevera estar construindo uma descrição etnográfica do ponto de vista dos denominados “nativos”. Antropologia como profissão.

No caso brasileiro, de outra parte, tem-se uma intensificação dos trabalhos de pretensão etnográfica com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1910. Verifica-se uma multiplicidade de debates com interesses pronunciados sobre eventos e realidades localizadas. Os fundamentos da posição de “sertanista”, conjugando habilidades militares com o “catecismo positivista” e uma compaixão pelos povos indígenas, começam a ser assentados. Delineia-se o que viria a se constituir numa camada de “especialistas” em questões indígenas, convertendo os “servidores” de diferentes formações acadêmicas da agência indigenista, usualmente vulgarizados como “antropólogos” ou mesmo “indigenistas”, numa autoridade *in loco*. A resposta oficial à indagação: “quem é que conhece os índios?”, passa por dados de experiência localizada. A formação militar como atributo de conhecimento dos povos indígenas.

Nesta primeira década do século XX está-se diante de debates, envolvendo “positivistas”, “evolucionistas” e “difusionistas”, além de outras “escolas” (determinismos geográficos e raciais) que circunstanciam a chamada “reação cientificista” com teorias sobre a vida social formuladas por diferentes autores:

- i) Tem-se Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e mais tarde, avançando pelo século XX, Arthur Ramos. Referidos à Amazônia, além de Roquette Pinto (médico, antropólogo do Museu Nacional), tem-se Raimundo Lopes (naturalista do Museu Nacional, sobrinho de Celso de Magalhães, bacharel em direito, formado em Recife- autor de **Os Calhambolas** -, da mesma turma de Inglês de Souza) e o próprio Euclides da Cunha (engenheiro militar, jornalista).
- ii) Euclides da Cunha com **Os sertões**, 1902, registra, com repercussão internacional, os debates em torno da relação entre “composição racial” e “nacionalidade”. Difundido e atualizado por Vargas Lhosa em **A guerra do fim do mundo**.
- iii) Aliás, a este tempo, tem-se o relatório de Roger Casement sobre o rio Congo e depois sobre o Rio Putumayo na Amazônia Peruana. O relatório sobre as atrocidades do rei belga no Congo foi difundido e atualizado por Vargas Lhosa em **El sueño del celta** (2009). O relatório de 1912 sobre as modalidades de imobilização da força de trabalho encontra-se no chamado **Libro Azul Británico - informes de Roger Casement y otras cartas sobre las atrocidades em el Putumayo** (2012).
- iv) No Brasil tem-se uma década de passagem da “literatura dos viajantes” (hegemônicos até então) para os “naturalistas” do Museu Nacional (inclua-se aqui os chamados “pensionistas do Imperador”, formados em Faculdades de Direito de Recife - Olinda e São Paulo, Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e Escolas Politécnicas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (engenharia de minas). As sucessivas rupturas e suas implicações na composição de instancias de consagração: os denominados “pensionistas do imperador”.
- v) As grandes expedições (que tiveram na “missão” de Gonçalves Dias no Ceará, sardonicamente classificada “Comissão das Borboletas”) e seu marco, em 1855, são deslocadas. Iniciam-se as preocupações com coleções, exposições e museus, marcados pelo sufixo “nacional”. O predomínio da noção de “brasileiro” (distinção e identidade nacional) e tudo que for classificado como “genuíno”. A viagem de Gonçalves Dias ao Amazonas para coleta de peças, 1871.
- A.Gonçalves Dias- **Viagem pelo Rio Amazonas. Cartas do Mundus Alter**. Brasília. Edições do Senado Federal. 2011. Vol 151
- vi) O Museu Nacional, as exposições referidas a realidades localizadas e as Exposições “Universais”.

**4ª sessão** - O trabalho comparativo. Exercícios de aproximação com o que ocorria em termos de institucionalização da antropologia na Europa e nos EUA, bem como com as “grandes expedições” (que na Amazônia teria como derradeira a Expedição à Serra do Norte, em 1938, da qual participaram Lévi-Strauss e Castro Faria).

A comparação com as “grandes expedições” à África, no período focalizado, com, por exemplo, a expedição de Stanley ao Rio Congo, entre 1879 e 1884. Os trágicos anos do “Estado Livre do Congo” sob o reinado despótico de Leopoldo II da Bélgica, prevaleceram na literatura de viagens e na discussão da relação dos europeus com a implantação de governos em países tropicais.

Vide a Carta de G.W. Williams ao Rei Leopoldo, 18 de julho de 1890 in Williams et ali - **La tragédia del Congo**, 2010). Consulte-se também Joseph Conrad - **O coração nas trevas**, que tem o Congo como referencia (foi adaptado cinematograficamente por F. Coppola situando a ação no Vietnam- “Apocalypse Now”). Observar que J. Conrad, no âmbito da “sociologia das viagens”, era o literato de preferência de Malinovski.

Reiteramos o **trabalho** do diplomata irlandês Roger Casement, datado de 1903 (Casement viajara ao Congo anos antes). Este autor, conforme já sublinhamos, teria produzido também um informe sobre a Amazônia, antes mencionado.

Em 1909 Conan Doyle escreveu, em estilo jornalístico, “O crime do Congo”. Antes, em 1905, Mark Twain havia produzido “El solilóquio do Rei Leopoldo”, criticando a colonização belga na África.

Williams frisa que “os nativos do Congo se queixam de que lhes foram arrebatadas as terras pela força” pelo Governo colonialista “cruel e arbitrário” (“queima aldeias, rouba bens, destrói recursos naturais e institui práticas de violência” que sinalizam para um genocídio). Williams, em certa medida, reproduz a prática de L. Morgan em relação aos iroqueses (clã dos Seneca), defendendo-os através de sua produção intelectual (largamente citada por Marx e Engels e classificada de modo usual como simplesmente “evolucionista”, por classificadores que elidem as relações de pesquisa, quais sejam as relações sociais estabelecidas por Morgan com os iroqueses e seus efeitos).

## **Antropologia da Ação X Antropologia Aplicada**

A “sociologia da produção intelectual” como abordagem a ser considerada, evitando as análises “internalistas” ou de conteúdo.

Na mesma direção se poderia mencionar Cushing e Malinowski. Mais tarde, Sol Tax (1936-41), sobre a chamada “Antropologia da ação” (1941)- que recebe uma reedição de destaque do **Current Anthropology**, em dezembro de 1975 – “The Bow and the Hoe: Reflections on Hunters, Villagers, and Anthropologists” e “A discussion of Action Anthropology” pp.507-517-. De maneira resumida pode-se dizer que Tax afirma que o trabalho antropológico não seria produzido apenas do ponto de vista dos “nativos”, como diria Malinowski, mas se disporia a “serviço dos próprios observados”.

O advento da chamada “Antropologia Aplicada” e o debate entre George Foster e Sol Tax, marcando a produção antropológica no decorrer dos anos 1950-1963.

Os cursos sobre “Sociedades camponesas”, ministrados no PPGAS do Museu Nacional no início dos anos 1970-80 recuperaram esta discussão com a monografia de Tax, **Penny Capitalism- a guatemalan indian economy**, a de Foster, G. – 1967- **Tzintzuntzan-Mexican peasants in a changing world**.

Leia-se também: G. M. Foster- **Las culturas tradicionales y los Cambios Tecnicos**. Mexico. Fondo de cultura Economica.1964.

Sol Tax (ed.)- **Horizons on Anthropology**. Chicago.Illinois. Aldine Publishing Company.1964. (Traduzido para o espanhol por Antonio Garza y Garza sob o seguinte título: **Antropologia. Una nueva vision**).

Obs. Esta edição em espanhol encontra-se disponível na biblioteca do PNCSA/AW.

A leitura crítica de Cardoso de Oliveira, em 1990, insistindo na prática reflexiva, que, segundo ele, teria sido ignorada por Sol Tax.

Oliveira, Roberto Cardoso de – “O mal-estar da ética na antropologia prática” in: **Antropologia e Ética. O debate atual no Brasil**. Ceres Victora, Ruben George Oliven, Maria Eunice Maciel e Ari Pedro Oro (orgs). Niterói.EdUFF.2004

Leia-se: Alfredo Wagner B. de Almeida – Prefácio in: Pacheco de Oliveira, João – **Regime Tutelar e Faccionalismo. Política e religião em uma reserva Ticuna**. Rio de Janeiro, Casa 8. 2015

Leia-se também o livro de Terri Valle de Aquino – **Papo de Indio**. Manaus. PNCSA. 2010

Discutir a pertinência deste debate ideal separado por quatro décadas e seus efeitos na formação de antropólogos.

## 5ª sessão - SUBDOMÍNIO DE CONHECIMENTO

O tema “A presença africana” ou “A presença negra” observado como instrumento classificatório a ser classificado criticamente. Por que ser pensado pela “presença”? Não se fala num tema “A presença branca” ou “A presença amarela”. Explicar o porque. A expressão “presença negra na Amazônia” foi retomada nos anos 1960-70, agregando “comentadores regionais” e antropólogos igualmente “regionais”, no âmbito da UFPA.

Em fins do século XIX, Silvio Romero, abolicionista, insistiu e asseverou na assertiva: “o negro como objeto de reflexão”. A temática dos “negros” (escavidão) com F. Boas e M. Herskovitz nos EUA, na África e na América Latina (Suriname), instituindo um subcampo de conhecimentos científicos vinculado à antropologia (distinção de raça e cultura e reinterpretação das práticas religiosas e das resistências culturais). Richard Price busca reconstituir este subcampo que segundo ele teria como autor fundante Herkowitz e seus estudos sobre “religiões de matriz africana”. A. Ramos como um tipo particular de interlocutor e os que dele ficaram tributários direta ou indiretamente (vide Nunes Pereira e mais tarde René Ribeiro).

A “atualidade” desta discussão (vide conceito de atualidade em Foucault). “A noção de “atualidade” aparece de duas maneiras em Foucault:

a) Consiste em sublinhar em como um evento – “por exemplo a separação entre a loucura e a “não-loucura”- não somente engendra toda uma série de discursos, de prática, de atitudes e de instituições, mas se prolonga até nós (até os dias de hoje).

“Tous ces événements, Il me semble, que nous les répétons. Nous les répétons dans notre actualité, et j’essaie de saisir quel est l’événement sous Le signe duquel nous sommes nés, et quel est l’événement qui continue encore à nous traverser.” (Foucault, **Dits et écrits**. Paris.Gallimard.1994, vol.3.Texte n.233).

b) Foucault sublinha o fato de colocar filosoficamente a questão de sua própria “atualidade” (o que faz Kant pela primeira vez, ao marcar em realidade a passagem à modernidade). Interrogar, colocando a questão do pertencimento a um “nós” correspondente a esta “atualidade”, quer dizer, formular o problema da “comunidade” da qual se faz parte (fazemos parte enquanto antropólogos). (Kant procuraria uma diferença (qual a diferença hoje em relação a ontem). Colocar a questão da atualidade torna-se, pois, definir o projeto de uma “crítica prática na forma de uma ação de passagem (*franchissement*) possível”.

c) “Atualidade” e presente são inicialmente sinônimos. A irrupção do “novo” seria o que Foucault chama de um evento (novidade disruptiva), isto é o que caracterizaria a “atualidade”. O presente dá lugar a um “novo presente”.

A “história da antropologia” como a emergência de um evento: o “novo presente”, desdizendo a rigidez das periodizações ortodoxas, que usualmente tem sido acionadas para ordenar o campo da antropologia, seja segundo “escolas de pensamento”, seja segundo uma sequência de “autores notáveis”. A crítica destes procedimentos senso-comum no mundo erudito.

## **6ª sessão - CRÍTICA DOS CRITÉRIOS CLASSIFICATÓRIOS**

i) A postura obsecada de periodizar e a leitura crítica deste procedimento. O critério da “data canônica” disposto a um exame acurado e crítico. O “novecentos” (como o “oitocentos”) é um termo desconhecido, quando se fala na produção do conhecimento intelectual no Brasil, não tem força explicativa que possui em outros países (como talvez pretendesse Brito Broca ao analisar a vida literária no Brasil em 1900). Mas, o que dizer de 1870 (“Manifesto Republicano”), de 1922 (“Semana e Arte Moderna”), de 1926 (Manifesto Regionalista) ou 1930 (“Revolução de 30” ou “antes e depois de 30”). Discutir criticamente as “efemérides”, seus efeitos e a ilusão de explicação objetiva. Re-examinar o “positivismo” na divisão do século e seu caráter normativo e manualesco.

“Comte acreditava que a vida social era governada por leis e princípios básicos, que podiam ser descobertos através do uso dos métodos mais comumente associados às ciências físicas”. Para a pretensão normativa: as teorias da vida social, apoiadas principalmente no que pode ser observado com os sentidos, deveriam ser formuladas de forma rígida, linear e metódica, sobre uma base de fatos verificáveis. A Escola de Recife como um repto ao positivismo e o Exército como um lugar institucional de abrigo do “catecismo positivista”. O poder republicano e os debates intelectuais sobre a forma de governo. O anticlericalismo e a “reação científicista”: os povos indígenas sob as classificações antagônicas de posições em confronto aberto.

### **ii) COLEÇÃO E COLECIONISMO**

“Naturalistas-viajantes” e instituições, ambos tardios: alemães (com Koch-Grunberg) e italianos (com Porro, Museu de Ciencia de Milão, através de Stradelli), suecos (com Nordenskiöld, Museu de Gotteborg, através de C. Nimuendaju).

As expedições científicas francesas à Amazônia. **Colecionismos** postos à prova no caso dos impérios: alemão, austro-húngaro, russo e otomano.

O conceito de “**coleção**” no século XXI e os conceitos de “processo de patrimonialização” e “patrimonialização provocada” de Luc Boltanski. Suas implicações nas teorias museológicas.

Boltanski, Luc; Esguerre, Arnaud – “La “collection” une forme neuve du capitalisme. La mise en valeur économique du passé et ses effets”. **Les Temps Modernes**. Paris. Juillet-septembre. 2014 n°679 pp. 5-72

A redefinição dos museus. A leitura de Raimundo Lopes sobre Gonçalves Dias recolocada.

iii)A “imaginação sociológica” com Gilberto Freyre e os debates promovidos por Oliveira Viana e Alberto Torres.

iv)O médico Arthur Ramos se insinua nesta fimbria, recuperando Nina Rodrigues e assinalando possibilidades de “continuidade”. O setor de antropologia do Museu Nacional com Roquete Pinto e seus epígonos: Heloisa Alberto Torres e Raimundo Lopes. A crítica aos critérios de classificação- datas, escolas, autores notáveis - e seus efeitos diretos. O que seria o epígono dos epígonos ganha novo rumo e passa a ler criticamente esta “tradição”, com profunda passagem pela arqueologia: Castro Faria.

## **7ª sessão - CLASSIFICAÇÕES E CLASSIFICADORES: ARBITRÁRIOS E CONJETURAS**

Questões colocadas pela prática da história das ciências (por uma teoria da história das ciências) ou como os próprios produtores de conhecimento científico formulam a questão da “história das ciências”, sem o “vírus do precursor” e sem a noção de “influência” (como sublinha Castro Faria a partir da leitura de G.Canguilhem).

A discussão de **Antropologia: duas ciências**, 2010, cf. Luiz de Castro Faria, que inicia sua atividade profissional no Museu Nacional em 1936 e participa da Expedição à Serra do Norte, em 1938.

Montar criticamente e comentar, desmontando-o, o **quadro cronológico**, das interpretações usuais, assim disposto:

**Coluna 1-** produção internacional (Lewis Morgan e o “primeiro laudo”- a ciência do direito tangenciando com a antropologia -, Spencer, Darwin, Marx, Tylor e o “primeiro manual”, Frazer, Cushing e o primeiro campo sistemático, Boas, Rivers, Malinowski)

**Coluna 2-** produção nacional (Gonçalves Dias, Ladislau Neto, Silvio Romero, Nina Rodrigues...). Autor, produção e data, principais conceitos. Abordagens e experiências profissionais divergentes. A noção de “pensionistas do imperador” (G. Dias, João F. Lisboa). O IHGB (1938) e a polêmica de Varnhagem com J. F. Lisboa. Embora produzindo no período definido como Romantismo, Varnhagem, como diria Veríssimo, não é “indianista”, “não tem simpatia pelo índio”, o “menospreza, o deprime e até aplaude a destruição”, proclamando a superioridade do português e disfarçando os “defeitos do regime colonial”.

Leia-se- Duarte, Abelardo – **Ladislau Neto** (1838-1894)- contendo o Regulamento do Museu Nacional de 9 de fevereiro de 1876. Maceió-Imprensa Oficial.1950

A antropologia entre a literatura (“indianismo”) e a poesia (“indianista”). Examinar a pertinência de inclusão de Leonardo Amazonas, com **Simá**, - romance amazônico - num patamar aproximado ao de **Iracema**, de José de Alencar.

**Coluna 3** - O “credo positivista” e seu catecismo, como inspiração do *modus operandi* militar face aos índios. “Domesticação” (“pacificação”, “amansamento” de índios) in Barbosa Rodrigues, **Velloso** e **Pacificação dos Crichanas** (1885) e em Couto de Magalhães (1874 e 1876).

A antropologia e o fato criminal. A craniometria e a medicina legal. “Antropologia forense”, “antropologia criminal” e ciência do direito. Discutir a chamada “loucura das multidões” com Sighele, Lombroso e Gustave Le Bon e o conceito de “psicologia das massas” de Freud.

Os trabalhos de Euclides da Cunha e Araripe Jr. como referencias básicas: messianismos.

O ensaísmo enciclopédico e seus equívocos.

## **8ª sessão – Quadro resumido**

Exercício de montar um **quadro analítico com quatro colunas**, objetivando propiciar uma noção elementar de estruturação de um sistema de pensamento ou de um campo de reflexão. Leitura crítica de “escolas” e de “debates” tomados como objeto de pesquisa.

**Coluna 4-** Agentes e agencias. Instituição e indivíduos. Os correspondentes dos “notáveis” e suas implicações. Fritz Muller e Darwin. O imperador e Virchow. Nimuendaju e E.

Nordenskiöld, Nimuendaju e Lowie. Destacar as relações assimétricas e analisá-las em separado, evidenciando confluências e oposições. Os museus nacionais da Suécia e da Dinamarca e sua preocupação atual com “repatriamento”.

A institucionalização. Antropologia produzida nos museus. O corte de Florestan Fernandes: “a produção científica a partir das universidades” ou a “a partir de 1930”. Datas canônicas e periodizações a serem relativizadas. Antropologia construída num campo de debates complexo.

A produção antropológica vista como oscilando entre a “mission française” e as “missões técnicas norte-americanas” (com base nos Acordos de Washington, 1942). Uma falsa luta pela hegemonia, que permeou os “seguidores” de todos os matizes.

1947-51-Os debates em torno da Hiléia Amazônica e a posição singular de Castro Faria. A fundação da ABA e seus efeitos: “ciência nacional” com “associações científicas nacionais”, um desenho produzido pela política científica (criação do CNPQ e da CAPES, e depois do INPA) de Vargas. Comentar criticamente.

**9ª sessão** - Recuperar discussão das duas sessões anteriores.

- 1) A década de 1870-80.
  - i) No Brasil tem-se a produção intelectual de “magistrados e militares”: S. Romero, Teixeira Mendes, Couto de Magalhães (duas publicações em 1874 e 1876. Ambas em interlocução com a produção antropológica internacional: Tylor, Broca, Tarde,). Na Amazônia tem-se a produção intelectual de J. Veríssimo, A. Azevedo, Celso de Magalhães. Seguidos de Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Roquette Pinto.
  - ii) “A presença africana” ou a temática dos “negros” (escavidão) com Boas e Herkowitz nos EUA, na África e na América Latina (Suriname), instituindo um subcampo de conhecimentos científicos vinculado à antropologia (distinção de raça e cultura e reinterpretação das práticas religiosas e das resistências culturais).
  - iii) A “história da antropologia” como a emergência de um evento: o “novo presente”, desdizendo a rigidez das periodizações ortodoxas, que usualmente tem sido acionadas para ordenar o campo da antropologia, seja segundo “escolas de pensamento”, seja segundo uma sequência de “autores notáveis”.

A trajetória de Luiz de Castro Faria que inicia suas atividades profissionais no Museu Nacional, em 1936, participa da Expedição à Serra do Norte, 1938-39, interage com Raimundo Lopes, que falece em 1941, sem publicar o seu Antropogeografia, que só virá a ser publicado pelo Museu Nacional em 1956.

Vide: Raimundo Lopes – **Antropogeografia**. Rio de Janeiro. Publicações Avulsas do Museu Nacional nº18. 1956

2) Discutir criticamente a classificação de Arthur Ramos:

Os denominados “Estudos sobre o Índio”, em três fases:

i) Cobre os séculos XVII, XVIII e primeira metade do XIX. Dos jesuítas e primeiros cronistas. Classificação linguística (gramáticas da língua geral). “Tupimania”, litoral.

D’Orbigny e Von Martius (diversidade linguística).

ii) Karl von den Steinen (1884) e P. Ehrenreich (1887-1888) na segunda metade do séc. XIX. Expedições ao Xingu (a ruptura com o “litoral”).

iii) Predominância dos etnólogos alemães. Société des Americanistes de Paris (L. Adam, Créqui-Monfort, Tastevin, R. de Grasserie e Paul Rivet). Começa a delinear-se a tendência aos estudos ditos “monográficos” com trabalho de campo: H. Coudreau, C. Nimuendaju, A. Métraux, Vellard, Koch-Grunberg, Max Schmidt.

iv) A expedição Rondon como marco de referência. 1906. Linhas telegráficas e definição oficial dos “territórios”. A ótica do “loteamento” e do “viveiro de mão de obra”.

Roquette-Pinto, 1912: Nambiquara e Pareci.

Raimundo Lopes: - 1916 – **O torrão maranhense**.

- 1931 – estudos sobre pescadores. (Discussão com José Verissimo e seu trabalho sobre os pescadores de final do século XIX).

v) O Serviço de Proteção aos Índios (SPI)

Melo, Joaquim – **SPI- A política indigenista no Amazonas**. Manaus Edições Governo do Estado. Secretaria de Cultura. 2009

Iglesias, Marcelo Pietrafita- Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá. Brasília. Paralelo 15. 2010

Paula, José Maria de Diretor do SPI – **Terra dos Índios**. Rio de Janeiro. Boletim n.01. Serviço de Informação Agrícola.M.A.1944

### 10ª sessão - Os “Estudos sobre o Negro”

Produção de Nina Rodrigues (Faculdade de Medicina da Bahia): medicina legal: “quilombos” e “messianismo”. Antropologia jurídica. Discussão sobre “responsabilidade penal”.

A classificação convencional:

1)A fase pré-Nina. (Rugendas, Debret, Maria Graham, Koster, H. Florence, Ewbank, Fletcher, Kidder. (Exceção Spix e Martius.) Tentativa de classificação “étnica” e estética dos negros. Silvio Romero e João Ribeiro.

2)A fase Nina Rodrigues – uma “escola de pensamento”. O método do estudo comparativo das culturas africanas e de suas “sobrevivências” no Brasil. O pressuposto da continuidade das “etnias” (África- Brasil).

3)A fase pós-Nina Rodrigues. A partir de 1906 (Manuel Querino). O “controle científico’ das religiões negras. Os Congressos Afro-Brasileiros (1933 e 1935) e as contribuições de Gilberto Freyre, Jorge Amado e Edson Carneiro.

Efeitos “práticos” e implicações do predomínio circunstancial das teorias de: M. Herskovits, Ruth Landes, Donald Pierson e Franklin Frazier. Diferenças e aproximações.

Dois orientados de F. Boas em posições opostas: Wagley e Herskovits. Repercussões nos alinhamentos futuros de antropólogos e instituições.

Especificidades do campo da produção antropológica no Brasil.

4) A Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, fundada em 1941 e a consolidação da antropologia enquanto disciplina integrante do currículo oficial do sistema de ensino brasileiro. G.Vargas em 1938 criou a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Artur Ramos investido como “catedrático” de “Antropologia e Etnologia” da FNF.

Artur Ramos, como F. Boas e M. Herskovitz, dissociando o biológico do plano cultural. A elaboração paulatina do conceito de “cultura nacional” e as referências ao tema “caráter nacional” (retomado posteriormente na sociologia com Pe. Bastos d’Ávila). O período de “instabilidade” da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (1946-48) e sua desativação. Artur Ramos na UNESCO. (Artur Ramos falece em outubro de 1949).

### III PARTE

#### 11ª sessão – Antropologia da Amazônia e Antropologia do Brasil

i) C. Wagley (**Amazon Town**, 1953) e E. Galvão- 1938-1957. (**Santos e Visagens**, 1956- a primeira tese em antropologia defendida por brasileiro nos EUA).

ii) Destacar que em 1947-48 Octavio da Costa Eduardo havia realizado sob a orientação de M. Herskovitz o trabalho monográfico intitulado **The Negro in Northern Brazil - A study in acculturation** - Monograph of the American Ethnological Society- J. J. Augustin Publisher. New York. Durante o curso de graduação na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) Costa Eduardo foi aluno de Donald Pierson, que em 1941 organizara o departamento de Sociologia e Antropologia Social da ELSP. Em 1943 este Departamento foi transformado na Direção de Estudos Pós-Graduados sob a própria direção de Pierson. A ELSP, fundada em 1933, foi a primeira instituição brasileira voltada precipuamente para a formação de especialistas e pesquisadores em ciências sociais. Em 1939 a ELSP contratou Pierson que concluiu seu doutorado neste mesmo ano na Universidade de Chicago. Tendo sido colaborador de Robert Park, da Universidade de Chicago, Pierson o recebeu no Brasil, em 1941.

iii)-**Handbook of South American Indians**. Julian H. Steward, Editor. Vol. 3 The Tropical Forest Tribes. Smithsonian Institution. Bureau of America Ethnology. Bulletin 143. Washington. 1948 (prepared in Cooperation With the United States Department of State as a Project of the Interdepartmental Committee on Scientific and Cultural Cooperation). Contribuições de: Robert Lowie, Curt Nimendaju, Alfredo Métraux, Charles Wagley, Eduardo Galvão, Betty Neggers, Lévi-Strauss, Paul Kirchhoff...

iv) O “Curso de Etnologia” ministrado por Curt Nimuendaju no Museu Goeldi, em Belém, entre novembro de 1941 e agosto de 1944, foi subdividido em três períodos e contou com cinco alunos, sendo que apenas 03 concluíram-no: Evalda Xavier Falcão, Ligia Estevão de Oliveira e Maria de Lourdes Jovita.

v) “Antropologia da Amazonia” e Narrativas Literárias. A narrativa ficcional de Verne e as observações diretas na viagem de Burroughs, em 1953. Uma versão colonialista.

Julio Verne – **A Jangada. 800 léguas pelo Amazonas**. São Paulo. Planeta. 2003

Burroughs, William S. – **Las Cartas de la Ayahuasca**. Barcelona. Ed. Anagrama. 2006

#### As iniciativas de criação de institutos de antropologia na Amazônia

a)-Em 02 de fevereiro de 1944 foi fundado o **Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas**, em Manaus, objetivando divulgar e incrementar a língua Tupi. Participaram deste ato, entre outros: André Araújo, Nunes Pereira, Geraldo Pinheiro, Moacir Paixão, Otaviano de Melo, Tabyra Fortes, Mario Ypiranga Monteiro, Protazio Silva e Luis Catete. Os Estatutos do Instituto foram publicados no **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, nº14.571 de 15 de março de 1944, quando da administração de Alvaro Maia. O chefe do executivo foi aclamado Presidente de Honra do Instituto, que recebeu quase dois meses após sua fundação manuscritos do conde Ermano Stradelli, focalizando estudos de nhengatu, e três meses depois os restos mortais de Theodor Koch-Gruenberg, enviados a Manaus pelo prefeito de Boa Vista (cf. “Entregues os despojos do sábio ao Instituto de Etnografia e Sociologia”. **Jornal do Commercio**. Manaus, 23 de maio de 1944).

b) Em 27 de setembro de 1947 foi fundado o **Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará**, agrupando, dentre outros, Frederico Barata, Paulo Maranhão Filho, Armando Bordalo da Silva, Expedito Arnaud, Gabriel Hermes Filho... Em 27 de maio de 1948 Alfred Métraux proferiu na sede do Instituto a conferência “Civilizações Indígenas da Ilha de Marajó”. Em 04 de setembro do mesmo ano Charles Wagley proferiu a conferência “Sociologia das pequenas comunidades” e Herbert Baldus, em 30 de novembro de 1949, falou sobre “Quadros representativos de diversas tribus do Brasil especialmente dos Tapirapé, Kaingang, Kraô e Carajá”. São inúmeras as publicações do Instituto até 1955.

Obs. Dispomos da lista de publicações para consulta na Biblioteca do PNCSA/AW.

c) Mais recentemente, nas últimas quatro décadas, foi criada uma associação de antropologia em Manaus. (os dados estão sendo levantados por doutorando do PPGSCA-UFAM) presidida por Moacir Andrade (que faleceu em julho de 2016).

### **Os cursos de formação de antropólogos e os Museus**

i) Discutir as noções de “missão técnica” (C. Wagley), “expedição” (C. Faria) e “viagem”. Pesquisa como instrumento de formação antropológica.

ii) 1955-1963 - Darcy Ribeiro e Castro Faria – organização dos cursos de especialização em Antropologia no Museu do Índio, SPI.

iii) Castro Faria e Roberto Cardoso - Os cursos de especialização no Museu Nacional e seus desdobramentos institucionais e científicos. A consolidação de um campo de pensamento antropológico e o sistema de ensino universitário.

Roberto Cardoso e a reflexão sobre o trabalho do S.P.I.

iv) 1968 - O PPGAS-MN e os projetos correlatos.

-Uma relação tensa: antropólogos e FUNAI (Rediscussão do SPI e seus efeitos). Terras indígenas redefinidas.

v) O DAN da UnB. O PPG com Roberto Cardoso, Roque Laraia, J. C. Melatti e Alcida Ramos.

Melatti e a experiência de divulgação de pesquisas. O papel relevante do periódico **Pesquisa Antropológica**, dirigido por Julio Cezar Melatti e Martim Alberto Ibáñez-Novion, com seus 23 números, entre 1975 e 1983. O periódico é lançado num momento em que havia no Brasil apenas 04 cursos de pós-graduação em Antropologia e 75 de graduação em Ciências Sociais. Segundo Melatti nos seus nove anos de duração, cerca de 200 pessoas fizeram a assinatura do periódico. -Antropólogos e direitos à terra. “Sociedades camponesas” e diferenciação econômica interna.

Leia-se:

Melatti, Julio Cezar - “Nota sobre o periódico **Pesquisa Antropológica**”. Brasília, 2016 in: Wagner, A. e Mourão, L. – **Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo**. Rio de Janeiro-São Luis, Casa 8-PPGCSPA-UEMA, 2017 pp.23-28

Alfredo Wagner Berno de Almeida – “Pós-Graduação em Antropologia na Amazônia/Anotações e comentários à pauta da Primeira Reunião da Comissão “Cultura, Línguas e Povos da Amazônia” da CAPES”. Brasília, janeiro de 2006.

- vii) -Uma ampliação do campo de reflexão? Territórios quilombolas em debate. Direitos territoriais e conflito social.
- viii) -Retomada de um velho debate: “Antropologia da ação” com Sol Tax e seus efeitos no Brasil. A antropologia aplicada e sua força institucional. A perspectiva de Foster e a “Aliança para o Progresso”. A experiência brasileira. A polêmica de Foster com Sol Tax sobre autodeterminação.
- ix) -*Proceedings* e sua influencia na produção antropológica

1973 - American Ethnological Society, *proceedings* e o conceito de “nova etnicidade”.

1982– AES *proceedings* (org. David Maybury-Lewis).

ix)1975- Shelton H. Davis e o conceito de autoconsciência cultural. “Novas identidades coletivas” e suas diferenciações.

### **Uma Antropologia da Pan-Amazonia?**

Inicialmente cabe mencionar a tese apresentada em 1966 para graduar-se no Instituto de Etnologia y Arqueologia de la Universidad Católica, de autoria de Stefano Varese, um estudo etnohistórico sobre os ashaninka:

Stefano Varese – **La sal de los cerros**. Com nota introdutória de Darcy Ribeiro coonestando-o. Lima, Universidad Peruana de Ciencias y Tecnologia 1968. (vide ed. 2011. Fondo Editorial Casa das Américas).

## 12ª sessão – Projeções e Perspectivas

- i) 1988 - Antropologia do direito e o alargamento jurídico-formal das unidades sociais estudadas e suas implicações sob a designação de “povos e comunidades tradicionais”. Novas formas organizativas de povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais. Debates e rupturas correspondentes. Terras tradicionalmente ocupadas como objeto de análise numa situação de pluralismo jurídico.
  
- ii) 2008 – A pesquisa antropológica e os códigos (penal, comercial, de processo civil, eleitoral...). A redefinição formal dos conceitos de família e de contrato e suas implicações no cotidiano da vida social.
  
- iii) Exposições antropológicas no Brasil, século XXI:  
Lygia Sigaud (2002)- “Lonas e Bandeiras em Terras Pernambucanas”,  
João Pacheco (2008)- “Os primeiros brasileiros”,  
Heloisa Bertol (2009) –“Luiz de Castro Faria. O trabalho de campo e a antropologia” e  
Alfredo Wagner (2011) “Nova Cartografia Social: perspectivas”;  
Alfredo Wagner et al. (2016) “Saberes Tradicionais e Etnografia” .  

O advento de novas identidades coletivas. Os critérios político-organizativos, os processos diferenciados de territorialização e as territorialidades específicas.

“Nova cartografia social” e pesquisa antropológica: museus, exposições e coleções, redefinindo e ampliando os critérios classificatórios. “Centros de Ciências e Saberes” e pequenos museus versus as premissas usuais das políticas nacionais de museus.
  
- iv) Discussão das possibilidades de exercício aventadas pelos participantes do curso, cada um elaborará sua própria proposição.

Obs. As referencias bibliográficas de cada sessão serão confirmadas e acrescentadas na discussão da proposta de curso, na primeira metade da primeira sessão.